

347.735
TAL
E.4

GEST-184



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Economia

Tese de Licenciatura em Gestão

**Crédito Informal aos Agricultores
do Distrito de Xai-Xai na
Campanha 1995/96**

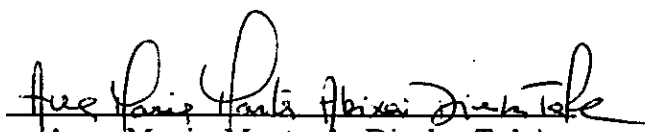
Ana Maria Marta Abixai Dimba Tale

Maputo, Maio de 2001

U. E. M. - ECONOMIA
R. E. 28850
DATA 14/07/04
AQUISIÇÃO oferta
COTA

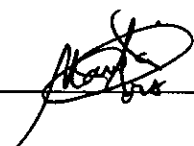
DECLARAÇÃO DO AUTOR

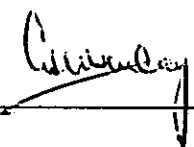
Este trabalho foi por mim produzido e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de educação.

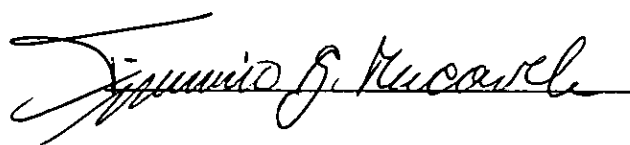

(Ana Maria Marta A. Dimba Tale)

APROVAÇÃO DO JÚRI

Este trabalho foi aprovado com 42 valores no dia 25 de Maio de 2001 por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.







DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de licenciatura :

A memória do meu pai, Uachiço Uetela Dimba.

A minha mãe e toda a família Dimba.

Ofereço este trabalho de licenciatura:

Ao meu esposo Silvino Zacarias Tale, que com muita paciência e carinho acompanhou-me no decurso dos meus estudos.

Aos meus filhos, especialmente para o Júnior que apesar de tantas privações de carinho e afecto maternal, esperaram ansiosamente por este precioso momento.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	v
Lista de Abreviaturas.....	vi
Sumário.....	vii
1 INTRODUÇÃO	
1.1 A problemática do Crédito em Moçambique.....	1
1.2 O Problema de Estudo.....	6
1.3 Os Objectivos.....	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
2.1 Definição de Conceitos.....	10
2.2 A Importância do Crédito Agrário.....	12
2.3 As Microfinanças em Moçambique.....	15
2.4 O Distrito de Xai-Xai e as Instituições de Microfinanças.....	17
3 METODOLOGIA	
3.1 A Moldura de Análise.....	24
3.2 Dados.....	25
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	
4.1 Análise da Percentagem dos Reembolsos.....	26
4.2 Determinação das Taxas de Retorno Simples.....	30
4.3 Comparação dos Juros do BCM com os Juros Estimados.....	33
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	
5.1 Conclusões.....	36
5.2 Recomendações.....	38

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho sobre "Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96", tornou-se possível devido ao inestimável apoio do meu supervisor Prof. Doutor Firmino G. Mucavele, que em tempo oportuno soube colocar questões pertinentes que contribuíram para a elaboração do mesmo e contribuição abnegada na definição do trabalho, bem como das referências bibliográficas para o tema em análise.

Os agradecimentos são extensivos aos meus colegas, amigos, bem como a todos que directa ou indirectamente deram o seu contributo para que este trabalho se tornasse realidade. A direcção, corpo docente, e trabalhadores da Faculdade de Economia bem hajam!

ABREVIATURAS

◆ADCR	Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural
◆CFR	Conselho do Fundo Rotativo
◆FML	Fundação Mundial Luterana
◆INDER	Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
◆ISGB	Instituto Superior de Gestão Bancária
◆ONGs	Organizações Não Governamentais
◆PEA	População Economicamente Activa
◆PIB	Produto Interno Bruto
◆PME's	Pequenas e Médias Empresas
◆PROAGRI	Programa Sectorial Agrário de Desenvolvimento Público
◆UDA	Unidade de Desenvolvimento Agrícola
◆UNIFEM	Fundo das Nações Unidas Para o Desenvolvimento da Mulher
◆BCM	Banco Comercial de Moçambique

SUMÁRIO

Este trabalho analisa o Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96, com objectivo de verificar a utilização do crédito como forma de dotar o agricultor de necessários recursos financeiros. Para se atingir este objectivo é adoptado o método comparativo simples das percentagens de lucratividade das microfinanças e de um banco comercial típico – Banco Comercial de Moçambique. Os rendimentos obtidos mostram-se satisfatórios apesar de existirem custos não registados que se confundem com os gastos das famílias e os denominados custos figurativos. Em relação a amortização da dívida, nota-se que apenas 16% dos usuários não conseguiram honrar os seus compromissos em tempo útil ao reembolso do capital e juros.

Da simulação do crédito informal para o crédito bancário do BCM, à taxa de 26% ao ano, pode-se afirmar que o agricultor do sector familiar tem condições de elegibilidade no crédito para desenvolver a sua actividade de forma concorrencial e contratar crédito numa base comercial, com o aval de uma entidade. Recomenda-se que os doadores e o governo deveriam criar mecanismos de interacção das microfinanças e dos bancos comerciais, estes possuem uma estrutura orgânica e tecnologia para avaliação e controle a baixo custo, sendo assim, a contratação do crédito seria menos onerosa. Pois, em média a taxa de juro das microfinanças situava-se em 45% e em contrapartida a taxa de juro do mercado rondava nos 35%.

Apesar dos esforços que nos últimos tempos as microfinanças tem levado a cabo na divulgação da oferta dos seus produtos e serviços, a maior parte da população continua constrangida no acesso aos serviços financeiros para obtenção do crédito e poupança, o que exige maior dinamismo, inovação e maior divulgação do sistema e suas vantagens por parte dos operadores e da supervisão bancária.

1. INTRODUÇÃO

1.1 *A Problemática do Crédito em Moçambique*

No contexto actual de desenvolvimento económico em Moçambique, e em particular do sector financeiro¹ como chave do crescimento das actividades económicas, a reforma do sistema bancário tem sido a preocupação do Estado, onde vários cenários se desenham com a finalidade de providenciar crédito aos pequenos agricultores e permitir o desenvolvimento das zonas rurais. Cerca de 80% da população vive no campo e abaixo da linha de pobreza. A agricultura e as agro-indústrias contribuem em 50% do Produto Interno Bruto (PIB) e dois terços das exportações do país (Castel-Branco 1994:31).

Em Moçambique, tal como a maioria dos países africanos quando alcançaram a independência, o sistema financeiro era fortemente influenciado por factores de ordem política. O governo orientava a actividade dos bancos e a tomada de decisões não tinha como critério subjacente o princípio da rentabilidade das operações a realizar.

No quadro das reformas do sector financeiro, assistiu-se no país a conclusão do processo de reestruturação dos bancos do Estado e o reforço do Banco Central (BM) como autoridade de supervisão bancária. Porque o dinamismo do sector financeiro tem o suporte na supervisão, quando esta se mostra fraca, o sistema ao invés de constituir uma alavanca e agente catalisador do desenvolvimento económico, torna-se um entrave ao funcionamento do sistema financeiro como um todo (Banco de Moçambique 1993).

¹ A abordagem restringe-se apenas ao sistema bancário.

A revitalização do sector financeiro não só permitiu a entrada de novos bancos comerciais de capitais de accionistas moçambicanos com parceria de instituições financeiras internacionais para atrair fontes externas que são canalizadas para grupos empresariais em troca de garantias reais. Assiste-se também, o desenvolvimento da actividade das microfinanças² com novos métodos de empréstimos, incluindo créditos, poupanças e seguros para as populações extremamente pobres, com o propósito de alcançar objectivos multisectoriais. Atribui-se grande importância ao sector informal por se considerar como base de criação de emprego e incubador das Pequenas e Médias Empresas (PME's).

Na análise do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDER), a tendência dos bancos comerciais é a de concentrar o crédito em operações com maior rotação de vendas e em clientes de maior prestígio que em virtude da sua situação financeira, e pelo volume de operações que realizam, oferecem menor risco e maior rentabilidade. Neste contexto, existe pouca probabilidade de oferta de crédito formal aos micro-empresários e as zonas rurais, por falta de garantias exigidas. Por sua vez o Instituto Superior de Gestão Bancária (ISGB), argumenta ainda que os bancos tendem a ver os pequenos empréstimos como se de serviços para a comunidade fossem, do que propriamente como uma actividade lucrativa.

A relutância do sector formal na oferta do crédito à agricultura explica-se, tanto pelas condições e meio ambiente em que se desenvolve a actividade agrícola, não só, pelas relações desvantajosas de articulação com o sistema económico global, que se manifesta em dificuldades para incorporar novas tecnologias de capital reduzido, acesso ao mercado de insumos e colocação da produção em diferentes mercados; o que lhes

² Entende-se por fornecimento de serviços financeiros, fundamentalmente de poupança e crédito, a todas as pessoas e/ou grupos de pessoas de baixa renda sem acesso às formas convencionais destes serviços.

coloca numa situação de maior risco para as instituições de crédito formal (Baydas e Graham 1997:4).

Todavia, a reforma do sistema financeiro carece de adopção de mecanismos que possam garantir a interligação entre o sistema formal e informal de crédito. No entanto, a criação de incentivos para atrair a entrada de mais instituições de crédito privado no contexto da liberalização da economia viradas para as PME's e desenvolvimento das zonas rurais é crucial, porque a actividade agrícola representa a fonte de recursos necessários para assegurar a alimentação, saúde e educação, e por isso a via principal de participação da maioria da população no desenvolvimento económico e social do país.

O desenvolvimento de um país passa necessariamente pelo processo de investimento. Por isso, o governo prioriza nesta componente, a canalização do crédito para a agricultura, indústria e para os serviços de apoio à comercialização com uma necessidade de capital menor, porque geram emprego e podem proporcionar um crescimento rápido da economia.

A experiência de algumas organizações de desenvolvimento envolvidas no provimento do crédito para o desenvolvimento rural com objectivo de redução da pobreza, levou o Governo a incentivar a prática das actividades de microfinanças, sem contudo ter clarificado uma política de crédito e regulamentação específica de funcionamento das microfinanças, razão pela qual a poupança não tem sido de grande relevância na componente de crédito, bem como a taxa de juro a aplicar.

Algumas ONGs aceitam a taxa de juro de mercado argumentando que o empréstimo deve ocorrer numa base comercial. Outras afirmam que a taxa de juro não deve ser mecânica, deve-se olhar para as condições dos

beneficiários, o tipo de actividade. Nestas condições o capital inicial não tem garantias de se multiplicar para atingir cada vez mais clientes, e não só, retira-lhes a possibilidade dos mutuários alcançarem uma autonomia financeira.

A inexistência ainda de uma política de crédito atendendo a heterogeniedade do campo, estrangula as iniciativas produtivas e de comercialização de excedentes no meio rural. O Programa Sectorial Agrário de Desenvolvimento Público (PROAGRI), está numa fase de preparação e implementação com o objectivo de enfrentar dois grandes desafios que no passado foram ignorados: o progresso tecnológico e a posse da terra, factores que contribuem para o desenvolvimento rural e na redução da pobreza.

O sistema de titulação da terra é também um dos impedimentos na contratação do crédito pelos agricultores. O subsistema de aproveitamento e uso da terra atravessa ainda momentos de indefinição, aliado à falta de instrumentos legais que permitem definir o seu valor comercial de modo a servir de garantia para assegurar o crédito e assim reduzir as barreiras de acesso ao crédito pelos proprietários de terra por falta de colateral (Banco Mundial 1997 traduzido).

Não obstante os esforços do Governo na reabilitação das infra-estruturas públicas, o acesso rural continua deficitário, particularmente no tocante a rede de estradas terciárias que tem ligação com os pontos de produção e comercialização. A extensão dos serviços de microfinanças encontra barreiras para atingir os locais da produção, o que dificulta a comercialização e apresenta elevados custos de transacção para obtenção do crédito. A falta de formação dos pequenos produtores condiciona a inovação tecnológica que proporciona o aumento da produtividade e capacidade financeira dos produtores (Ha-Anyane 1985:35).

O aparecimento das microfinanças não tiram o mérito do crédito tradicional, que, sempre desempenhou um papel relevante na oferta do crédito e poupanças nas zonas rurais, exercido através de comerciantes rurais e caixa postal rural, apenas para angariar depósitos ociosos nas mãos dos agricultores. Estes temem os custos de deslocação aos bancos afastados e transferências de valores de um local para outro.

No distrito de Xai-Xai a actividade bancária encontra-se representada por algumas delegações dos bancos comerciais privados. No passado, apenas o Banco Popular de Desenvolvimento, actual Banco Austral é que concedia crédito agrícola a certos agricultores privados virados para culturas de rendimento. O crédito para o sector familiar para a sua obtenção requeria um aval de grandes companhias produtoras que impunham à realização de contrato específico para a produção de uma cultura. Em relação a poupança, devido aos limites de montantes especificados para abertura e manutenção das contas apenas os mineiros é que se beneficiavam deste produto.

Com a implementação do programa das microfinanças naquele ponto do país, parte da população pobre abrangida já vislumbra melhorias de condições de vida como consequência da disponibilidade dos meios financeiros adaptados às suas reais necessidades com destaque para a mulher. A aplicação das novas metodologias financeiras no que concerne a exigência do colateral (garantia) substituído pela forma de empréstimo em grupo, sendo a responsabilidade solidária, prática consolidada pelo Grameen Bank no Bangladesh é eficaz para as comunidades pobres.

Assiste-se a criação de associações de agricultores como medida de angariação de fundos e na criação de mecanismos para oportunidades de negócio. No entanto, estas associações denotam fragilidade nas suas acções por falta de aderência ou contratação de membros com

qualificações técnicas que possam garantir apoio na consultoria agrária e capacitação técnica dos seus membros. Pois, a aplicação do crédito proporciona a produção que deve estar garantida o mercado para que seja observado o reembolso.

Este estudo enfatiza a análise sobre os procedimentos e mecanismos para a aquisição e utilização do crédito de forma sustentável. Será feita uma revisão bibliográfica para ilustrar a importância do crédito agrário, as microfinanças em Moçambique, o estudo de instituições de microfinanças em Xai-Xai, e também far-se-á uma análise comparativa de juros do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96 com as taxas de juros praticadas pelo Banco Comercial de Moçambique no mesmo período.

1.2. O Problema de Estudo

A degradação do sistema comercial no campo, motivada pela fuga dos cantineiros aquando da independência nacional, a redução do poder de compra de produtos agrícolas pelos pequenos comerciantes e a degradação do tecido social, influenciou negativamente o crédito para produtos de consumo e utensílios de produção que era praticado por comerciantes rurais ao sector familiar.

O distrito de Xai-Xai pelas suas potencialidades agrícolas devido a bacia hidrográfica e prática de culturas de regadio com índices altos na produção de arroz, sofreu pressão para implementação de novas formas de organização de trabalho que envolviam as empresas estatais e aldeias comunais com vista a socialização do campo. Estas formas de organização impostas tiveram pouca aceitação por parte dos camponeses, e não produziram os resultados que eram esperados devido ao uso de

maquinaria mecanizada, falta de mão-de-obra especializada, assistência técnica e excessiva burocracia na gestão desses empreendimentos o que resultou no crédito mal parado com o banco estatal, que outrora realizava as importações.

A rede bancária existente não responde as necessidades do meio rural, pelo facto da maioria dos balcões estar vocacionada para a recolha das poupanças do sector rural em relação à oferta do crédito. Ademais, esta poupança está em permanente descapitalização devido as taxas de juros das operações passivas que são inferiores à inflação e quando o agricultor pretende adquirir os insumos, os preços aumentaram não proporcionalmente a mesma taxa que o seu capital acumulou (Gouveia dos Santos 1990:14).

A actividade do sector familiar desenvolve as suas actividades com enormes limitações de recursos o que se traduz em baixa produtividade e rentabilidade, limitando as possibilidades de crescimento e expansão. É neste contexto que o Governo Provincial, reconhecendo as potencialidades agrícolas do distrito, procurou mobilizar recursos financeiros e a sua redistribuição em forma de crédito que permitisse aos agricultores rentabilizar a actividade agrícola.

No país, assim como em outros países da África Subsariana o financiamento a actividade agrícola, e em particular ao agricultor do sector familiar, tem proporcionado resultados pouco significativos quanto ao alcance dos objectivos preconizados. Com a implementação das microfinanças, vários estudos foram elaborados que abordam a problemática do crédito com maior realce para o crédito destinado aos pequenos negócios na perspectiva de analisar o impacto social para as camadas pobres.

O trabalho contribui para a análise do crédito disponibilizado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) na tentativa de criar oportunidades de crédito para o campo onde se encontra a maioria da população menos desfavorecida e sem acesso ao sistema de crédito formal que oferece produtos e serviços atractivos aquele segmento, visa também, contribuir na busca de soluções ao crédito. O estudo, não pretende esgotar a pesquisa elaborada para efeitos meramente académicos, Pois, carece de continuidade para o entendimento de vários factores excluídos, mas apenas encontrar resposta à seguinte questão:

- *Como proceder a concessão e utilização de pequenos créditos aos pequenos agricultores do sector familiar com garantia de tomar o sistema de crédito informal eficiente e auto-sustentável?*

Os agricultores do sector familiar, um grupo alvo para os esforços do Governo para alívio da pobreza, são mais difíceis de financiar pelo facto de tratar-se de um sector pequeno em tamanho, mas com um elevado número de operações. Os constrangimentos que os agricultores enfrentam na procura de crédito só serão sanados com a revitalização de um sector financeiro forte. Apesar da reforma do sistema financeiro e o papel que desempenham as ONGs, cujo objectivo é agilizar o crédito, tal não corresponde a uma maior abrangência dado que os aspectos comerciais em economia de mercado são de maior observância e mais selectivo se torna o crédito.

Em geral, esta pesquisa pretende fazer uma apreciação e análise do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96 para verificar a sua viabilidade. Com o uso das ferramentas de análise financeira, pretende-se aferir as taxas de reembolso e de juros, a relação entre os rendimentos obtidos e a capacidade de repagamento da dívida pelos mutuários.

1.3. Os Objectivos

O objectivo geral do estudo consiste na análise do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96.

Os objectivos específicos do estudo são:

1. Determinar a percentagem do reembolso do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96;
2. Determinar a taxa de juro simples do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96; e
3. Comparar os juros do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96 com os juros praticados pelo Banco Comercial de Moçambique em 1995/96.

Embora, a contribuição dos agricultores do sector familiar seja extremamente vital para a economia do país, a tendência das instituições de crédito é a de providenciar o crédito em operações de maior rotatividade. No entanto, o agricultor do sector familiar também tem necessidade de utilizar o crédito. Pois, é quem, dentro do sector agrário, se apresenta com mais peso e ainda clama por crédito uma vez que, este revela-se insuficiente em termos de abrangência nas zonas rurais. Com o aprofundamento desta pesquisa, far-se-á a apreciação das adaptações em curso levadas a cabo pelas ONGs na tentativa de expansão, concessão e utilização do crédito.

Na prática, constata-se um maior dinamismo no sistema financeiro. Contudo, este não consegue satisfazer às necessidades de financiamento

de um sector privado local e de uma economia em desenvolvimento. As experiências de crédito em alguns países revelam a necessidade do entrosamento dos sectores formal e informal de crédito. Para além de que o pequeno agricultor tem que acreditar na possibilidade de acesso a novos meios e factores de produção, sentir a necessidade de crédito e solicitá-lo, assumindo que os resultados do serviço da dívida serão satisfeitos com o produto que deve ter o mercado garantido.

Em resumo, referir que o estudo reveste-se teóricamente na discussão de aspectos negligenciados em pesquisas anteriores no que concerne a questão da concepção da própria indústria microfinanceira e sua evolução e ainda a comparação do juro produzido no sector formal e informal de crédito. Em relação a importância prática, a pesquisa tem efeitos meramente académicos, defesa do trabalho de tese. Testa, a concepção e discussão/enquadramento do debate em torno da problemática do crédito informal como forma de impulsionar o processo de desenvolvimento das camadas mais desfavorecidas ao nível da base.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. *Definição de Conceitos*

O conceito de crédito está presente no dia-a-dia quer das pessoas quer das empresas quando confrontam-se com o dilema da combinação de recursos finitos com o conjunto das imaginações e necessidades infinitas ou seja, a procura por crédito para satisfazer o elenco das necessidades. Neste âmbito os pequenos produtores tem necessidade de aumentar a sua capacidade produtiva ou a modernização tecnológica para incrementar a sua rendibilidade através do investimento com fontes próprias ou de

terceiros (crédito). A rendibilidade relaciona os resultados obtidos com os meios utilizados para a sua quantificação (Menezes 1987:37).

O crédito em análise, enquadra-se no sistema financeiro informal cujo intervenientes funcionam fora da regulamentação e supervisão das autoridades monetárias. Merecem destaque as ONG's e os projectos que estão envolvidos em programas de crédito. A base de partida deste fundo inicial tem origem em recursos externos com o qual pretendem constituir um fundo rotativo para abarcar cada vez mais clientes no sistema.

Sistema financeiro informal é aquele cujo operadores funcionam fora da regulamentação do governo e das autoridades monetárias. A oferta do crédito abrange maioritariamente os intervenientes do sector informal, que engloba uma imensa variedade de actividades e segundo (Vletter 1992:10), considera-o como um vasto viveiro de empresários que adquirem nele experiência para transitarem para o sector formal.

O sistema de crédito enferma de irregularidades, os seus programas de crédito não obedecem a uma política definida, reveste-se na prática em forma de acções e não de sistema. Por essa razão que a tomada de decisões é de forma reactiva à medida que os problemas surgem. Acresce ainda, o facto de que os serviços de microfinanças necessitam de introduzir nas suas actividades metodologias financeiras inovativas. Sabe-se que o potencial cliente pertence a uma camada desfavorecida e com um grau de escolaridade muito baixa, o que contribue para um elevado risco de negócios associado a custos elevados devido ao tamanho e número dos intervenientes e no suprimento das barreiras socio-económicas e culturais.

A concessão de qualquer crédito está associado ao juro, taxa pela qual se remunera os fundos concedidos. O juro é a compensação recebida

do credor por não dispor do bem/objecto da relação estabelecida durante um certo período de tempo (Wolfgang 1994). No sistema informal de crédito a taxa de juro é muito oscilante porque existem vários argumentos na sua definição. A maioria das instituições de microfinanças são unânimes na existência de uma taxa de juro, colocando-se o problema da definição desse parâmetro. Outros operadores apontam a existência de uma taxa de juro do mercado para evitar as distorções na economia e garantir a operacionalidade em termos reais.

2.2. *A Importância do Crédito Agrário*

O crédito informal aos pequenos agricultores praticado nas zonas rurais onde vive 80% da população em extrema pobreza e cerca de 70% dos agricultores rurais não tem outras fontes de rendimento. A base económica assenta nas actividades agrícolas, as fontes de receitas são limitadas, pois, existe a predominância das trocas por espécie motivada por uma rede comercial quase inexistente, não só, a fraca rede de transportes, comunicação e informação.

Melhorar o acesso ao crédito e poupança nas zonas rurais pode ser visto como uma das estratégias mais viáveis para a redução da pobreza no campo. Apesar da fragilidade na obtenção dos rendimentos que servem para o repagamento da dívida contraída, o crédito é um dos recursos que proporciona a oportunidade de reembolso através dos rendimentos adicionais, isto é, capital presente reembolsável por futuros rendimentos gerados com base nesse capital. Segundo os autores Boehlje e Eidman (1984) o crédito contribui no aumento da renda dos agricultores de diversas formas com destaque:

- aquisição de inputs que permitem aumentar o nível de produção;

- aumenta a eficiência dos negócios porque possibilita o uso alternativo de recursos por outros, por exemplo a substituição do trabalho humano pelas máquinas;
- o desenvolvimento da tecnologia obriga a ajustamentos para as exigências do mercado;
- controla as flutuações da renda provenientes da sazonalidade da produção agrícola; e
- o crédito pode evitar a falência quando situações adversas ocorrem.

O crédito por si só, não é suficiente para o êxito dos programas, quando com este se buscam objectivos de desenvolvimento integral da comunidade. O crédito deve ser acompanhado por acções no âmbito de capacitação técnica, transferência de tecnologia e outras mudanças impostas pelo ambiente em que está inserido. Neste contexto, a globalização é um facto que trará implicações para o país e neste caso para os agricultores que não poderem tirar vantagens competitivas no mercado (Webster 1994:13).

A falta de acesso ao crédito agrário por um lado aliada à descapitalização dos agricultores por outro, cria obstáculos na aquisição dos instrumentos básicos de trabalho tais como: charruas, bois, sementes melhoradas, e etc.,. O Governo na prossecução das suas estratégias de desenvolvimento do campo para atingir o agricultor, enfatizou a entrada no semestre em curso de um programa piloto de desenvolvimento multisectorial que na primeira fase visa contemplar três distritos em cada província das onze que integram o território nacional. Pois, o agricultor é um agente económico importante na economia devido a sua incidência no Produto Interno Bruto (PIB), População Economicamente Activa (PEA) e na segurança alimentar. O agricultor e sua família constituem uma unidade económica diferente da empresa pura dada as características das famílias camponesas:

- o camponês é uma unidade de produção diferente de uma empresa, visto que a tomada de decisão difere de um caso para outro;
- é o carácter da subsistência a que se destina maior parte da sua produção ao auto consumo em detrimento da comercialização.
- comporta-se em simultâneo como empresa engajada no processo de produção e como família consumidora da sua produção; e
- a quantificação dos seus lucros é difícil dada a sua natureza dual que não permite fazer uma avaliação consistente do volume de produção e dos custos a ele inerentes.

Entre outros, Webster (1993) e Devereux, S. (1997), mostraram que o crédito tradicional transporta consigo problemas significantes no meio rural. O empréstimo não tem segurança, a taxa de juro pode subir drasticamente consoante a espécie que se toma para o reembolso atendendo que este crédito não só envolve moeda pelo facto desta ser escassa e recorrer-se a outros bens para troca. Por vezes sucede que o credor impõe o pagamento em tempo curto e em casos de falha o devedor é obrigado a vender os seus bens produtivos ao credor por menos que o seu valor real no mercado. A relação entre o credor e o devedor pode tornar-se ainda num elemento de desvantagem quando o devedor fica desinibido de qualquer acção na comunidade perante o seu credor, isto é, o credor encontra-se numa posição de poder que o dinheiro lhe confere.

2.3. *As Microfinanças em Moçambique*

A actividade das microfinanças foi pioneira pelas ONGs que operam no país embora sem observação de critérios uniformes e acompanhamento das autoridades monetárias. Desde a sua implantação, as instituições de microfinanças têm desenvolvido metodologias de empréstimo inovativas para o fornecimento de serviços financeiros na perspectiva de concretizar para além de outros programas a política de crédito para o apoio do desenvolvimento rural. A exigência de critérios multiformes deve ser considerada uma acção de longo prazo na medida em que o processo se torna cada vez mais abrangente. A ausência destas metodologias, explica em parte, porque os bancos comerciais tem tido como tradição dificuldades de atender clientes de pequenos empréstimos atendendo as suas características:

- empréstimos baseados na confiança do que pela apresentação do colateral/garantia;
- empréstimos sequenciais, que iniciam com pequenos montantes e aumentam gradualmente;
- desembolso rápido e procedimentos simples de empréstimo;
- taxas de juros consideravelmente mais altas do aquelas praticadas pelos bancos para cobrir todos os custos operativos do programa; e
- pessoal extraído das comunidades locais com acesso a informação sobre os potenciais clientes (Webster e Fidler 1996:37).

As instituições de microfinanças ao conceder o crédito nalguns casos impõem a diversificação do portfólio que o cliente deverá obedecer. Sucede porém, que por tratar-se de pessoas extremamente pobres quando aquela actividade falha as consequências não seriam tão graves se tivesse outra alternativa como fonte de receitas, por exemplo o agricultor na presença de uma calamidade natural o risco associado ao crédito é muito maior.

As instituições de microfinanças tem desenvolvido metodologias financeiras inovativas com o objectivo de abarcar o nicho de mercado não satisfeito com os produtos e serviços financeiros oferecidos pelos bancos comerciais tradicionais. Dentro das metodologias financeiras tentam adoptar substitutos eficazes para as garantias bancárias, eliminação de barreiras socio-económicas e culturais que inibem os pequenos agricultores para além das dificuldades que enfrentam na descrição da sua historia comercial para a contratação do crédito. Assim, as microfinanças tentam criar uma imagem atractiva ao cliente, eliminando a documentação exigida pelos bancos na análise de crédito que cria constrangimentos para o cliente e também encurtam a distância e redução do tempo de espera nos bancos que eleva o custo da operação para os agricultores do sector familiar.

A sustentabilidade das microfinanças reside na retirada dos subsídios e funcionarem numa base meramente comercial (UNIFEM 1993:48). Na concessão de crédito a instituição financeira deve garantir mecanismos da recuperação do mesmo para aumentar o número cada vez mais de mutuários. A componente de poupança é um complemento da actividade microfinanceira deve ser divulgada e acompanhada de incentivos para atrair os poupadores. Providenciar serviços básicos tais

como: formação quer dos clientes e dos técnicos, capacitação e assessoria técnica que são o garante do sucesso e sustentabilidade das instituições.

2.4. *O Distrito de Xai-Xai³ e as Instituições de Microfinanças*

A capital provincial de Gaza com estatuto de cidade, fica situada no distrito do mesmo nome, Xai-Xai. Existe um grande entrosamento agro-económico entre o distrito e a cidade, especialmente nas áreas agrícolas que circundam a zona urbana. Com uma população de 168.019⁴ conforme o Anexo nr.2. A maioria da população está afectada a actividade da agricultura, sivicultura e pesca.

O Anexo nr.3 leva a concluir que a população economicamente activa compreendida entre os 14 e 55 anos, 33% são homens contra 67% de mulheres. Estão afectos na agricultura, sivicultura e pesca 27% de homens e 73% de mulheres. Dado o papel político-administrativo e económico, o distrito constitui a principal área de influência regional e recipiente de mão-de-obra proveniente dos distritos limítrofes (Chibuto, Manjacaze e Macia).

Com os efeitos da guerra de desestabilização com maior incidência no período de 1991/92 a população abandonou as suas machambas com grandes extensões de regadio e concentrou-se na cidade de Xai-Xai. A rede comercial e grandes infra-estruturas rurais foram destruídas. Esta situação agravou a corrente migratória pelo facto da região ser a maior fornecedora de mão-de-obra ao nível do país para as minas da República

³ O trabalho estrutural foi baseado no relatório do Instituto Nacional de Investigação Agronómica (INIA), documento de campo nr.11 de 1994.

⁴ Dados estatísticos do censo realizado em 1997.

de África do Sul, contribuindo para aumento das reservas provenientes das transferências que entram para o país.

Dados climatéricos apontam o distrito com frequência de precipitações intensas. Nos meses de Fevereiro e Março do ano passado, chuvas jamais vistas há mais de um século assolaram a região sul e centro da país, e destruíram completamente a cidade de Xai-Xai (zona baixa). A rede comercial e as infra-estruturas rurais a recompor-se dos efeitos da guerra retrocederam ao nível ainda pior em relação do que se encontravam. A população foi votada para a penúria, acomodada em tendas de acampamento, com o agravante de ter perdido seus familiares, casas, instrumentos de trabalho (equipamentos e animais de lavoura e de criação). Foi decretada pelo governo o estado de emergência na província. A comunidade internacional acedeu ao apelo do governo no reassentamento das populações, através de doações para atenuar a crise que abalou o país.

As previsões apontam que os programas de crédito com envolvimento das ONGs sejam intensificados como forma de contribuição no relançamento da agricultura e outras actividades socio-económicas. O efeito das calamidades naturais reduz a geração de rendimentos, a produção agrícola decresce afectando negativamente o desenvolvimento rural e a redução da pobreza.

A nível do distrito de Xai-Xai, o crédito formal não existe para o sector familiar devido a altos custos que os bancos temem encontrar com os pequenos empréstimos. Os bancos comerciais direccionam o crédito para investimentos produtivos, nos sectores que oferecem maior rentabilidade e de maior rotatividade. Além do crédito informal tradicional praticado pelos comerciantes rurais, existem outras práticas organizadas em grupo de pessoas e auto-geridas pelas populações no âmbito de inter-

ajuda. *Xitique*⁵ com aceitação dos diferentes extractos da sociedade obedece a um sistema rotativo de colecta de dinheiro que é entregue a um dos membros obedecendo uma escala planificada e em ciclos definidos. Outra forma de ajuda denomina-se *Tsima*⁶ onde o grupo organiza-se para trabalhar em cada um dos membros sem pagamento adicional, o acolhedor apenas oferece comida depois da realização da jornada de trabalho colectivo.

O apoio das ONGs em programas de crédito informal impõe maior dinamismo no desenvolvimento às zonas rurais onde a mulher representa 73% da população afectada a actividade agrícola ilustrado no Anexo nr.3. Factores sócio-culturais limitam a capacidade da mulher, em particular, das zonas rurais em termos de participação. A mulher é constrangida perante a gestão de receitas monetárias quando se afirma pobre sem garantias e em caso de delinquência/falha porque tanto os filhos, como todos os bens da família são pertença do marido.

Contudo, o mercado de microfinanças nas zonas rurais é mais problemático. A população vive isolada e em condições de extrema pobreza. No distrito de Xai-Xai, estima-se que 90% da população obtém as suas receitas da actividade agrícola de pequena escala e parte significativa desta produção destina-se a sua subsistência. As actividades que geram receitas são limitadas devido ao isolamento das populações originada pela ausência de uma rede de estradas, mercados, informação e comunicações e de transporte deficiente.

O mercado microfinanceiro tem como cliente potencial o pequeno produtor agrícola. Todavia, o fornecimento dos produtos e serviços financeiros numa base sustentável dependerá dos instrumentos inovativos

⁵ É uma forma de empréstimo ou de seguro social muito conhecido em Moçambique (Munguambe, Salomão 1988:204).

para esta área que deverão responder as exigências e necessidades do cliente. O êxito das instituições de microfinanças passa pelo alcance de uma maior eficiência operacional e de abrangência.

As instituições de microfinanças que operam com maior abrangência a nível do distrito são: Federação Mundial Luterana (FML), World Relief (WR) e Associação Para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADCR).

Federação Mundial Luterana (FML)

A organização iniciou as suas actividades em 1997 no âmbito da promoção e desenvolvimento das actividades agrícolas, conservação ambiental e actividades sanitárias e de saneamento. O desenvolvimento agrícola ditou a incorporação do programa de crédito em apoio as actividades das comunidades rurais. As actividades de crédito são geridas como projectos individuais ao nível distrital. Tem como objectivo transformar o programa num fundo local/instituição nacional independente e sustentável em que as comunidades se autofinanciam pelo crescimento dos fundos iniciais que são usados numa base rotativa e capitalizados.

A composição da sua estrutura organizativa envolve técnicos de desenvolvimento comunitário ao nível do distrito que com os coordenadores do projecto a nível provincial, criam e capacitam o Conselho do Fundo Rotativo (CFR) composto por 5-6 membros da comunidade. O CFR administra e gere o fundo rotativo, procede a análise e avaliação dos pedidos de crédito para decidir a sua concessão e supervisa os desembolsos. A FML para além de prestar assistência técnica

⁶ Entende-se por uma gama de esquemas de trabalho comunitário/grupo em que o anfitrião oferece comida e/ou bebida a todos os participantes e obedece a um esquema de rotação.

aos intervenientes controla os fundos rotativos que são capitalizados num banco comercial.

O Crédito disponível cobre várias actividades na produção agrícola (sementes, alfaias agrícolas, criação de animais), pescas, micro-indústria (carpintaria, latoaria) e pequeno comércio. A metodologia da provisão do crédito, assim como os termos e condições das operações financeiras podem variar por cada projecto dado que a utilização varia de grupo para grupo devido e os fundos podem ser disponibilizados para grupos de 2 a 157 membros. Estes membros beneficiam, antes, de um curso de formação sobre gestão básica de negócios e contabilidade para serem elegíveis as fontes de financiamento. O período médio de crédito é de 6 meses com reembolsos mensais onde os termos de reembolsos são decididos pelo CFR local à taxa de juro é de 48% ao ano numa base decrescente.

World Relief

A World Relief possui uma experiência de longa data em vários países envolvida com a banca comunitária para os pobres e desenvolvimento rural. Tem como meta criar intermediários financeiramente sustentáveis, contudo não tem traçado um plano de negócio para atingir o objectivo preconizado.

Constituída legalmente⁷ como uma ONG que visa satisfazer o nicho do mercado, criar capacidade nacional no provimento deste tipo de crédito e assegurar a sua sustentabilidade. A prática actual demonstra uma necessidade de retirada de subsídios e funcionamento numa base comercial. As operações dos bancos comunitários são chefiados por um coordenador nacional nos escritórios centrais em Maputo.

⁷ No âmbito do decreto nr.55/98 de 13 de Outubro, que prevê "criar a capacidade nacional de modo que os seus parceiros prossigam os projectos iniciados e assegurem a sua sustentabilidade" (Art. 2).

A filial de Xai-Xai foi aberta em 1996, é gerida por um supervisor com apoio de um adjunto, o efectivo de trabalhadores compreende oito promotores de crédito e dois técnicos de saúde. A filial é responsável pela identificação dos clientes, análise do crédito, desembolso e recolha dos pagamentos. Os promotores tem como habilitações literárias o nível básico e recebem uma formação de quatro semanas. A Organização pauta pela compensação salarial atractiva e usa o método de incentivo adicional de 10-20% sobre o salário para atrair o desempenho dos seus promotores.

As actividades da instituição tem como cliente alvo o pobre que vive nas zonas rurais envolvido em actividades agrícolas que incluem a comercialização (legumes e bens de consumo) e serviço de preparação de alimentos com uma rotação muito rápida. Cerca de 81% dos membros do banco comunitário são mulheres, mas a maior parte dos bancos comunitários são mistos. Cada banco contém 25 a 30 membros e por cada crédito concedido o cliente deve fazer um depósito de 12,5% do valor do empréstimo. O depósito tem efeitos de garantia ou participação e é devolvido ao cliente logo que esteja liquidada a dívida. Com os valores dos depósitos constituem-se poupanças que são efectuadas no banco comercial e não são utilizadas para financiar créditos.

Sendo a World Relief uma organização de carácter religiosa, muitos dos seus clientes são identificados através de membros da igreja. Para a aderência num banco comunitário realiza-se numa primeira fase a consciencialização, em seguida os clientes organizam-se e contactam o promotor de crédito para acção de formação com duração de seis dias sobre a metodologia do crédito comunitário. O promotor de crédito ajuda o grupo na implantação da estrutura organizativa e a nomeação de um presidente, tesoureiro e secretária. Os empréstimos são concedidos num ciclo de 16 semanas, a taxa de juro fixa é de 20% para o período de duas

semanas e a taxa efectiva anual é de 101,7%. Não existe uma relação da taxa cobrada com a estrutura de custos das operações, os desembolsos são efectuados quinzenalmente após um período de graça (diferimento) de duas semanas.

O desempenho financeiro é fraco por falta de critérios de avaliação financeira, apenas são elaborados relatórios de carteira e o controlo baseia-se nos relatórios dos promotores de crédito. Não existe nenhuma informação do desempenho agregado da carteira e em relação aos manuais e procedimentos estão todos em língua inglesa e são provenientes da World Relief - Sede nos Estados Unidos da América. Neste contexto, transparece a necessidade de aplicação de conhecimentos básicos de gestão com uma envolvente de gestão financeira para poder elaborar um plano estratégico de negócios que lhe facultaria a definição das necessidades do mercado e dos indicadores financeiros para monitorar o desempenho.

Associação de Desenvolvimento da Comunidade Rural (ADCR)

A associação desenvolve e promove programas de desenvolvimento rural. Aparece da extinta Unidade de Direcção Agrícola (UDA), uma instituição estatal de apoio agrícola. As suas acções situam-se mais na área de animação, contrariamente as acções de difusão e tecnologias exercidas pela ADCR. As acções de longo prazo iniciadas com a UDA e transferidas para ADCR, apresentam uma forte coerência com os problemas do sector familiar e demonstram uma tentativa séria e profissional de actuação em termos de desenvolvimento rural.

A ADCR actua nas aldeias comunais ao nível do distrito. Com o desempenho satisfatório dos técnicos conseguiu-se a recuperação dos fundos cedidos às populações pela antiga direcção da UDA. A instituição

projecta reduzir o nível de participação das comissões agrárias por desvios e a imposição de interesses pessoais em detrimento dos procedimentos e regras usadas.

3. METODOLOGIA

3.1. *A Moldura de Análise*

A realização do presente trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica, consultas aos pequenos agricultores e o envolvimento do poder local do distrito de Xai-Xai. De referir que parte substancial das informações utilizadas na análise foram obtidas por intermédio do Grupo de Referência que integra técnicos da INDER, Ministério do Planeamento e Finanças e Banco de Moçambique criado para rever e orientar um grupo de consultores que se dedicou no esboço de um importante documento denominado "Estudo sobre Microfinanças em Moçambique". A aplicação do método comparativo e a determinação dos diferentes indicadores exigiram os seguintes cálculos

Para atingir o objectivo concernente a determinação da percentagem de reembolso do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96 foi aplicada o método de cálculo das percentagens de reembolso:

$$1) \quad R = (VR/VC) * 100$$

Sendo R = Percentagem do Reembolso

VC = Valor Concedido

VR = Valor Reembolsado

A determinação da taxa de juros simples do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96 obedeceu ao cálculo seguinte:

$$2) \quad J = (VR - VC) / VC * 100$$

Onde J = Taxa de juro

VC = Valor Concedido

VR = Valor Reembolsado

Para efeitos da comparação dos juros estimados do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96 com os juros do BCM implicou o cálculo dos juros do crédito com base na taxa de 26% (*Prime Rate*) em uso na instituição durante o período em análise, mediante a aplicação da fórmula:

$$3) \quad JBCM = (C * t * T/360) * 100$$

Sendo JBCM = Juros Simples do BCM

C = Capital inicial

t = período de tempo em dias

T = Taxa de juro do BCM = 26% (*Prime Rate*)

4) Valor de rendimento por Hectar

R/Ha

Para R = Rendimento

Ha = Hectar

5) Cálculo das proporções de reembolso mediante o método de cálculo das percentagens de reembolso:

Nr. de agricultores = Nr. Das observações = 32

Para:

VR = VC => 3

VR < VC => 5

VR = VC => 24

3/32	5/32	24/32
9%	16%	75%

3.2 Dados

O Estudo efectuado reporta o Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96. A base de dados - anexo nr.1 contempla a alocação e utilização de crédito a trinta e dois (32) agricultores do distrito de Xai-Xai que se dedicam a diversas culturas nas zonas baixas. A produção é comercializada no mercado local e com rendimentos elevados no período que escasseiam os produtos do sequeiro e esses rendimentos são geridos para o pagamento do crédito.

Para complementar os dados, foi adoptada como estratégia de pesquisa a escolha de um elemento influente na comunidade para servir de intermediário no estabelecimento dos contactos necessários. De salientar que a autora deste trabalho, teve a necessidade de introduzir

alterações de cálculos na base de dados e produzir resultados para interpretação com o uso de instrumentos financeiros.

A taxa de juro do BCM de 26% refere-se a taxa *Prime Rate* aplicada no período em análise, para financiamentos aos pequenos agricultores com aval de um cliente preferencial do banco. Geralmente, a taxa *Prime Rate* sofre um incremento dependente do nível do risco associado ao crédito.

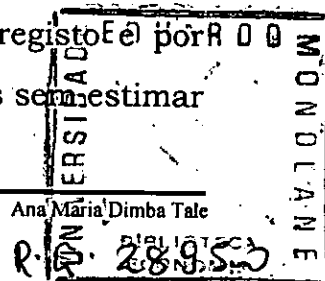
De referir que houve constrangimentos na recolha de dados originados pela falta de dados estatísticos que reportam a situação concreta da indústria microfinanceira. A falta ainda de uma instituição de recolha e compilação de dados sobre a posição e desempenho financeiro do crédito informal. Ainda, a juntar-se a estes factos, existe o problema dos custos da unidade de produção confundir-se com os gastos efectuados pela família.

Para colmatar esta situação, a análise das variáveis financeiras tais como: os juros simples produzidos no pressuposto da aplicação do mesmo capital quer no sector do crédito formal, quer no sector do crédito informal, foram objecto de estudo com base no método comparativo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. *Análise da Percentagem dos Reembolsos*

- Na actividade agrícola e em particular no sistema familiar estimar os indicadores de avaliação financeira é muito difícil porque os agricultores omitem os dados por falta de capacidade de registo e a reacção dos agricultores ao considerarem trabalhos familiares sem estimar



o seu valor. A Tabela 4.1 apresenta os indicadores para a Análise do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96. Na avaliação do reembolso do crédito optou-se pelo cálculo da "Percentagem de Reembolso" que permite verificar a situação de cada cliente no que concerne a porção devolvível em relação ao crédito concedido.

Para esta análise tomou-se a variável Percentagem de Reembolso (R) como medida de avaliação da compensação do credor em relação ao crédito concedido aos agricultores. Pois, quando se contrata um financiamento, o devedor assume uma obrigação de reembolso do capital acrescido da parte de remuneração desse capital (juros). A Percentagem do Reembolso (R) de 100% para o valor concedido de 30.000 contos equivale o reembolso apenas do valor do capital. Significa, a falta de compromisso na satisfação da parcela referente a recompensa (juro) esperada pelo credor aquando da disponibilização do crédito.

A Percentagem de Reembolso situada abaixo de 100% indica-nos que parte do capital e a totalidade da remuneração desse capital (juros) não foi satisfeita pelo devedor. Como se pode depreender do crédito financiado no montante de 100.000 contos do valor de capital, o devedor liquidou 80.780 contos, equivalentes a 64% do valor de capital e permanece por pagar desta componente 19.220 contos que correspondem a 36% e os respectivos juros respeitantes ao custo do crédito. Na Tabela 4.1 o valor de 19.220 contos aparece negativo, pois corresponde, a diferença do valor reembolsado e o valor concedido. Assim, os fundos para crédito sofrem um decréscimo da parte do capital não amortizada.

Tabela 4.1: Indicadores de Análise do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96

Valor Reemb - Valor Concedido	Percentagem de Reembolso	Taxa de Juros Simples em %	Rend./Ha (contos)	Val.Juro Diário Simples (contos)
0	100	0	13,836	0.00
-19,220	81	-19	16,460	-60.06
0	100	0	59,905	0.00
249,200	133	33	44,173	859.31
-193,000	64	-36	2,050	-528.77
148,000	133	33	31,604	405.48
70,000	154	54	29,909	200.00
30,780	121	21	94,100	99.29
0	100	0	39,620	0.00
49,200	109	9	37,910	126.15
207,000	138	38	27,666	726.32
109,200	120	20	27,590	574.74
267,000	146	46	12,294	797.01
-182,000	79	-21	5,894	577.78
-230,000	63	-37	9,883	-920.00
130,980	115	15	120,986	1,190.73
100,000	177	77	7,687	400.00
60,780	151	51	42,961	189.35
200,000	225	125	15,238	549.45
249,200	199	99	75,006	850.51
960,000	162	62	38,600	3,622.64
208,000	146	46	132,838	784.91
1,070,000	195	95	36,091	3,242.42
130,780	137	37	169,380	622.76
45,000	325	225	132,700	169.81
419,200	267	167	73,450	1,270.30
220,000	142	42	33,799	571.43
309,200	305	205	13,108	1,066.21
167,000	160	60	26,912	484.06
-218,000	75	-25	13,626	-670.77
250,000	138	38	21,530	1,000.00
90,780	110	10	49,656	349.15

Fonte: A tabela resulta de cálculos efectuados pela autora do trabalho com base no anexo nr.1.

Denota-se do acima exposto, a falta de capacidade de reembolso por parte do devedor, razão pela qual o fundo de financiamento fica reduzido e aumenta a carteira de crédito mal parado com consequências negativas

nas actividades da instituição. Não existe uma política que garante o reembolso e preserve a depreciação do fundo inicialmente alocado e dar continuidade ao sistema de crédito. A questão fundamental que dificulta o pequeno agricultor a efectuar o reembolso, reside na disparidade temporal entre o plano de amortização e o período do ano em que ocorre a safra da produção e sua colocação no mercado. No entanto, o pequeno agricultor deve deter alguma formação que lhe permite entender o valor do dinheiro no tempo, conforme preconizam as ferramentas primárias de uma análise financeira, para medir o impacto da gestão financeira em qualquer unidade económica.

A preocupação do banco com relação as grandes empresas, seus clientes preferenciais, é a recuperação do crédito, quer através da reprogramação dos reembolsos ou reforço dos financiamentos quando se mostra necessário e acompanhamento da sua aplicação. Perspectivando a viabilização da empresa e na expectativa de ver os resultados económicos e financeiros positivos que vão proporcionar o cliente honrar o compromisso da dívida e demais serviços que possa contratar. Assim, o banco torna-se assessor do seu cliente e permite ampliar o seu horizonte de gestão e possibilidades de diversificar o seu portfólio que o levará a reduzir o risco.

O sistema financeiro informal preconiza como objectivo a multiplicação dos fundos iniciais no processo de crédito. No decurso das suas acções não prioriza o factor de recuperação do crédito, garante da sua sustentabilidade. É evidente que o sistema bancário, na posse de garantia pudesse accionar os respectivos mecanismos. Mas, para se acautelar do prejuízo e manter o capital estável, cria reservas de estabilização e provisões para devedores duvidosos do crédito mal parado para fazer face a falta de amortização das prestações regista dentro dos prazos pré-definidos.

4.2. *Determinação das Taxas de Retorno Simples*

O crédito quando solicitado deve ser direccionado a actividade que visa gerar rendimentos com os quais se deve garantir o reembolso do capital e do juro proveniente da compensação do mutuário pela cedência dos fundos. O maior problema que os pequenos agricultores enfrentam é o desvio da aplicação do crédito e a indiferença na observância do serviço da dívida. Desta situação resulta com maior frequência níveis altos de carteira de crédito mal parado que inervalizam a sustentabilidade do sistema de crédito.

Dos reembolsos efectuados panteteados na Tabela 4.1 pode-se afirmar que o nível dos reembolsos foi satisfatório. A avaliação pelo método das percentagens indica-nos que 75% dos agricultores procedeu a amortização na íntegra das suas obrigações, que inclui o valor do capital e o respectivo juro. Com relação aos agricultores que reembolsaram apenas o valor capital a percentagem situou-se em 9%. Os restantes 16% não conseguiram honrar o compromisso assumido, o que equivale afirmar que a taxa de delinquência situou-se naquele parâmetro.

Considera-se delinquência pelo facto do mutuário ter demonstrado interesse na liquidação da dívida, embora não seja na sua totalidade por dificuldades financeiras. No entanto, existe uma expectativa futura de cumprimento de pagamento contrariamente, no que acontece perante uma falha de reembolso, onde o mutuário após a recepção do financiamento não manifesta nenhum interesse no pagamento da dívida (capital + juro). Os pagamentos tardios elevam os custos e decrescem a expansão da operatividade. Por isso que, a falha absoluta é uma despesa que deve ser coberta pela expansão operativa e ameaça a viabilidade do crédito.

Supondo que o crédito concedido aos pequenos agricultores do distrito de Xai-Xai tivesse como intermediário financeiro o BCM, os juros devidos pelos agricultores são apresentados na Tabela 4.2 à taxa *Prime Rate* de 26% e mostram-se favoráveis em relação aos juros simulados do crédito informal. Assim, pode-se reafirmar a posição encontrada na literatura de que o juro do crédito informal é sempre mais alto, porque não se deve olhar apenas para a taxa de juro, mais para todos os custos e vantagens inerentes a operação.

O Banco Comercial de Moçambique por vezes concede crédito a agricultores do sector familiar com aval das grandes companhias agrícolas que por sinal são clientes do banco. Estas empresas agrícolas realizam exportações e perante a falta de cumprimento dos compromissos assumidos, verifica-se o penhor de frutos pendentes em que a entrada de divisas provenientes das exportações da sua produção é canalizada através do BCM para efeitos de amortização da dívida. Na realização deste tipo de operações, o banco para além de promover a bancarização, cria uma melhor imagem da instituição junto dos agricultores no apoio das suas actividades com vantagens sociais. Pois, a companhia agrícola procede a transmissão das técnicas de produção e assegura a compra de toda a produção dos agricultores para sua exportação.

Tabela 4.2: Cálculo de juros na óptica do BCM

Val. em Contos

CREDITO INFORMAL aos AGRICULTORES do DISTRITO de XAI-XAI na CAMPANHA 1995/96							
Nr. Ordem	MONTANTE DE CADA DESEMBOLSO	DATA-VALOR DOS DESEMBOLSOS	Taxa de Juro	Data de Vencº	Nº dias p/feito de Juros	JUROS DEVIDOS NO PERÍODO	CAPITAL + JUROS DEVIDOS NO FIM DO PERÍODO
%							
1	30,000	01-Oct-95	26	07-Jun-96	250	5,417	35,417
2	100,000	01-Oct-95	26	16-Aug-96	320	23,111	123,111
3	560,000	01-Oct-95	26	30-Sep-96	365	147,622	707,622
4	750,800	01-Oct-95	26	17-Jul-96	290	157,251	908,051
5	540,000	01-Oct-95	26	30-Sep-96	365	142,350	682,350
6	452,000	01-Oct-95	26	30-Sep-96	365	119,152	571,152
7	130,000	01-Oct-95	26	15-Sep-96	350	32,861	162,861
8	150,000	01-Oct-95	26	06-Aug-96	310	33,583	183,583
9	60,000	01-Oct-95	26	14-Mar-96	165	7,150	67,150
10	550,800	01-Oct-95	26	25-Oct-96	390	155,142	705,942
11	540,000	01-Oct-95	26	12-Jul-96	285	111,150	651,150
12	550,800	01-Oct-95	26	08-Apr-96	190	75,582	626,382
13	580,000	01-Oct-95	26	31-Aug-96	335	140,328	720,328
14	852,000	01-Oct-95	26	11-Aug-96	315	193,830	1,045,830
15	630,000	01-Oct-95	26	07-Jun-96	250	113,750	743,750
16	850,000	01-Oct-95	26	19-Jan-96	110	67,528	917,528
17	130,000	01-Oct-95	26	07-Jun-96	250	23,472	153,472
18	120,000	01-Oct-95	26	17-Aug-96	321	27,820	147,820
19	160,000	01-Oct-95	26	29-Sep-96	364	42,062	202,062
20	250,800	01-Oct-95	26	20-Jul-96	293	53,072	303,872
21	1,540,000	01-Oct-95	26	22-Jun-96	265	294,739	1,834,739
22	452,000	01-Oct-95	26	22-Jun-96	265	86,508	538,508
23	1,130,000	01-Oct-95	26	26-Aug-96	330	269,317	1,399,317
24	350,000	01-Oct-95	26	28-Apr-96	210	53,083	403,083
25	20,000	01-Oct-95	26	22-Jun-96	265	3,828	23,828
26	250,800	01-Oct-95	26	26-Aug-96	330	59,774	310,574
27	520,000	01-Oct-95	26	20-Oct-96	385	144,589	664,589
28	150,800	01-Oct-95	26	17-Jul-96	290	31,584	182,384
29	280,000	01-Oct-95	26	10-Sep-96	345	69,767	349,767
30	888,000	01-Oct-95	26	21-Aug-96	325	208,433	1,096,433
31	650,000	01-Oct-95	26	07-Jun-96	250	117,361	767,361
32	890,000	01-Oct-95	26	17-Jun-96	260	167,122	1,057,122

Fonte: A tabela resulta de cálculos efectuados pela autora do trabalho com base no anexo nr. 1.

A oferta dos produtos financeiros passa por um estabelecimento de uma taxa de juro que reflecte o custo das operações de modo que se garanta a sustentabilidade das instituições de microfinanças, e respondam às reais necessidades dos beneficiários. A taxa de juro efectiva anual varia entre 45% a 98%, que é relativamente muito alta se comparada com a taxa de mercado que se situa nos 35% e cada instituição adopta metodologias diferenciadas com destaque para o crédito em grupo, que baseia-se na responsabilidade solidária dos beneficiários.

4.3 *Comparação dos Juros do BCM com os Juros Estimados*

Geralmente, os bancos comerciais funcionam em regime de juros compostos. Contudo, existem excepções em determinadas operações em que se adopta o processo de capitalização de juros simples. Para efeitos de análise que se pretende com o trabalho assume-se que o financiamento ao grupo dos agricultores do distrito de Xai-Xai fosse cedido pelo BCM à taxa *Prime Rate* de 26% com capitalização de juros simples conforme ilustramos a Tabela 4.3.

A comparação permite-nos aferir que dos rendimentos obtidos é possível responder as obrigações assumidas no que concerne ao pagamento do capital acrescido do juro. Por isso, os agricultores do sector familiar devidamente organizados em associações e na posse eventualmente de seguro podem conseguir crédito na banca comercial. O maior problema no país é a inexistência de instituições seguradoras que possam assumir o risco em caso de falta de pagamento do empréstimo.

Ainda pela Tabela 4.3 pode-se observar que os juros do sistema financeiro informal são relativamente mais altos que os do BCM. Pois, as instituições do crédito informal na tentativa de agilização do processo do

crédito acabam absorvendo custos que pela sua natureza são por conta do mutuário como é o caso das deslocações para a firmação dos contratos. Por isso, pode-se aferir que a aproximação do sector formal e informal do crédito a existir, traria benefícios aos usuários do crédito, para além de que se complementam. Pois, é um facto, o sector formal tem experiência e possui uma estrutura física que poderia servir a um número significativo de clientes das microfinanças a custos mais baixos. Associa-se a redução das suas taxas de juros o facto de que as fontes de financiamento não dependem de doações, resultam em parte de depósitos e património acumulado.

Tabela 4.3: Quadro comparativo de juros do crédito BCM e do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96

Cenário I			Cenário II		
Credito formal			Credito Informal		
Capital	Capital + Juros	Juros a taxa 26%	Capital	Capital + Juros	Juros
30.000	35.417	5.417	30.000	30.000	0
100.000	123.111	23.111	100.000	80.780	-19.220
560.000	707.622	147.622	560.000	560.000	0
750.800	908.051	157.251	750.800	1.000.000	249.200
540.000	682.350	142.350	540.000	347.000	-193.000
452.000	571.152	119.152	452.000	600.000	148.000
130.000	162.861	32.861	130.000	200.000	70.000
150.000	183.583	33.583	150.000	180.780	30.780
60.000	67.150	7.150	60.000	60.000	0
550.800	705.942	155.142	550.800	600.000	49.200
540.000	651.150	111.150	540.000	747.000	207.000
550.800	626.382	75.582	550.800	660.000	109.200
580.000	720.328	140.328	580.000	847.000	267.000
852.000	1.045.830	193.830	852.000	670.000	-182.000
630.000	743.750	113.750	630.000	400.000	-230.000
850.000	917.528	67.528	850.000	980.980	130.980
130.000	153.472	23.472	130.000	230.000	100.000
120.000	147.820	27.820	120.000	180.780	60.780
160.000	202.062	42.062	160.000	360.000	200.000
250.800	303.872	53.072	250.800	500.000	249.200
1.540.000	1.834.739	294.739	1.540.000	2.500.000	960.000
452.000	538.508	86.508	452.000	660.000	208.000
1.130.000	1.399.317	269.317	1.130.000	2.200.000	1.070.000
350.000	403.083	53.083	350.000	480.780	130.780
20.000	23.828	3.828	20.000	65.000	45.000
250.800	310.574	59.774	250.800	670.000	419.200
520.000	664.589	144.589	520.000	740.000	220.000
150.800	182.384	31.584	150.800	460.000	309.200
280.000	349.767	69.767	280.000	447.000	167.000
888.000	1.096.433	208.433	888.000	670.000	-218.000
650.000	767.361	117.361	650.000	900.000	250.000
890.000	1.057.122	167.122	890.000	980.780	90.780

Fonte: A tabela resulta de cálculos efectuados pela autora do trabalho com base no anexo nr. 1.

A fraca capacidade de reembolso dos clientes do sistema financeiro informal assenta na capacidade técnica dos operadores do sistema. A não observância dos princípios básicos de registo não permite alcançar o ponto de equilíbrio. A prática destes procedimentos é feita na tentativa de se poder alcançar maior cobertura de ingressos no sistema de crédito.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 *Conclusões*

O estudo revela que 75% dos mutuários procederam ao reembolso do crédito dentro dos prazos previamente definidos, 9% conseguiu reembolsar apenas o capital e 16% não conseguiu o reembolso de uma parte do capital e muito menos da parcela total referente ao juro. Assim, as fontes de financiamento ao invés de se multiplicarem sofrem um desgaste com implicações nefastas para a sustentabilidade do crédito que é garantido pela sua recuperação.

Os bancos comerciais guiam-se pelo princípio do lucro, as suas operações observam o binómio custo - rentabilidade, antecipam-se dos resultados procedendo a criação de provisões para o crédito mal parado mesmo na posse das garantias oferecidas pelos clientes para a minimização do risco. O crédito informal não prioriza a recuperação de crédito apenas vão ocorrendo os pagamentos de acordo com as possibilidades dos devedores e não tem estabelecido medidas punitivas para os infractores.

A determinação da taxa de juro do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96 foi calculado com base no

método de cálculo das percentagens de reembolso. Da leitura dos resultados comprovam-se que os factos evidenciados na literatura de que os custos de tramitação do crédito informal quando são altos têm impacto nas taxas de juros.

Da comparação dos juros do Crédito Informal aos Agricultores do Distrito de Xai-Xai na Campanha 1995/96 com os juros praticados pelo BCM naquele período, conforme a análise dos dois cenários panteteados na Tabela 4.3 constata-se que os juros do crédito informal atingiram quase o triplo dos juros do BCM à taxa de 26% em regime de juros simples. Por isso com alguns incentivos por parte das autoridades monetária o BCM pode abrir um espaço para atender as solicitações deste segmento e compensando os custos com a eficiência do pessoal com treinamento.

A ausência dos bancos comerciais no campo é um facto. O papel que desempenha o sistema financeiro informal é de louvar mas, ainda está muito longe de atingir o segmento alvo. A eficácia com que o processo se desenrola debate-se com muitas dificuldades atinentes a falta de conhecimentos técnicos e científicos por parte dos operadores do sistema .

5.2. *Recomendações*

O crédito Informal joga um papel de relevo no desenvolvimento rural. Dada a diversidade dos problemas que vão surgindo no decorrer do processo, recomenda-se ainda a realização de mais estudos com incidência nos aspectos aqui não aflorados e particularmente no envolvimento da captação de poupança porque está constitui o alicerce do crédito e cria uma maior autonomia financeira para as instituições.

Seria fundamental que, a Supervisão Bancária criasse maior espaço de actuação para os dois sistemas dada a sua complementaridade no provimento dos produtos e serviços financeiros, mediante legislação coerente com o tipo de propriedade e missão institucional e ainda, introdução de incentivos para o aumento de mais instituições que elevariam os índices de competitividade que se traduz na oferta de melhor produto ao cliente.

BIBLIOGRAFIA

- Banco de Moçambique. 1993. *A Reforma do Sistema Financeiro Necessidade de Regulamentação e Supervisão*. Conselho Consultivo do Banco de Moçambique de 18 a 20 de Janeiro. Maputo.
- Baydas, M. e Graham, D. 1997. *Bancos Comerciales en las Microfinanças: Nuevos Actor en el Mundo Microfinanceiro*. La Universidad del Estado de Ohio.
- Bédard, Guy. 1988. *Saving and Credit Instruments of Self Reliant Development of the Poor*. International Workshop. Fedalfing, January 25-28.
- Boehlje, M. e Eidman, V. 1984. *Farm Management*. Copyright @ 1984 by John Wiley & Sons, Inc. New York Chichester.
- Castel-Branco, C. Nuno. 1994. *Ajustamento Estrutural e Agricultura in Moçambique- Perspectivas Económicas*. Maputo: U.E.M. e Fundação Friedrich Ebert.
- INDER, 1999. Programa de Microfinanças. (Draft sobre a Declaração Estratégica).
- INDER, 1999. Operadores de Microfinanças em Moçambique 1998- Distribuição por Província.
- Instituto Nacional de Investigação Agronómica/INIA. *Sistema de Produção. Diagnóstico Rural Rápido do Sector Familiar No Distrito de Xai-Xai*. (Nov.1993 - Fev.1994).

- Lesaffre, D. et al. 1993. *Financiamento Alternativo de Microempresas y Asociaciones de Productores de los Países Andinos*. Bélgica: Bruxelas.
- Meneses, C. H.: 1987. *Princípios de Gestão Financeira*, Lisboa: Presença.
- Munguambe, S. *Noções Fundamentais de Comércio*. P.C.F. Faculdade de Economia. U.E.M. Maputo, Setembro de 1987.
- Rocha, Lola et al. 1990. *Capacitação Técnica E Crédito Para A Mulher*. Um direito, uma dádiva. Unicef-Fundo das Nações Unidas para a Infância. Editorial Gente Nueva. Colômbia.
- Santos, Alberto G. 1990. *Breves Considerações Sobre Crédito Agrícola*. 2º Seminário Sobre o Estudo do Sector Agrário. Maputo, 16 a 20 de Abril 1990.
- Santos, Arlindo F. 1981. *Análise Financeira*. INIEF. Economia e Gestão, Lda. Lisboa: Portugal.
- Silva, José P. 1988. *Análise e Decisão de Crédito*. São Paulo. Editora Atlas S.A. - 1988
- Schrickel, Wolfgang K. 1994. *Análise de Crédito. Concessão e Gerência de Empréstimos*. São Paulo. Editora Atlas S.A. - 1994.
- de Vletter, F. 1997 *Three Case Studies in Micro Credit in Mozambique: Background Paper for the Action Research Programme* Maputo.
- World Bank, 1995. *Mozambique Pilot Macro Finance Fund (draft project description)*

ANEXOS

Anexo 1

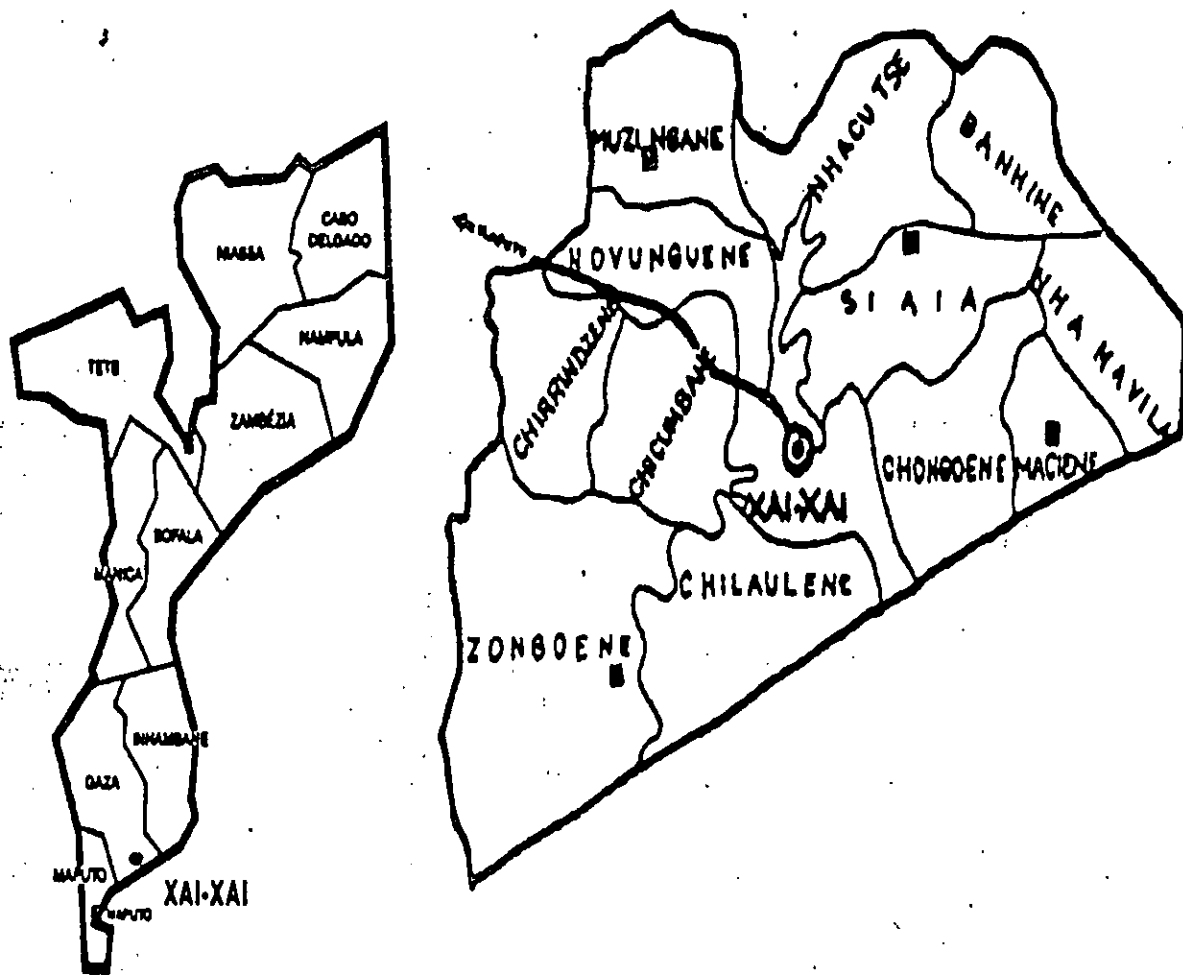
CREDITO INFORMAL AOS AGRICULTORES DO DISTRITO DE XAI-XAI NA CAMPANHA 1995/96

Nº	VALOR CONCEDIDO (CONTOS)	VALOR REEMBOLSADO (CONTOS)	TEMPO (DIAS)	AREA (Ha)	RENDIMENTOS (CONTOS)
1	30,000	30,000	250	25	345,897
2	100,000	80,780	320	75	1,234,500
3	560,000	560,000	365	100	5,990,500
4	750,800	1,000,000	290	60	2,650,400
5	540,000	347,000	365	120	245,980
6	452,000	600,000	365	46	1,453,800
7	130,000	200,000	350	45	1,345,897
8	150,000	180,780	310	45	4,234,500
9	60,000	60,000	165	25	990,500
10	550,800	600,000	390	62	2,350,400
11	540,000	747,000	285	45	1,244,980
12	550,800	660,000	190	60	1,655,400
13	580,000	847,000	335	20	245,880
14	852,000	670,000	315	77	453,800
15	630,000	400,000	250	35	345,897
16	850,000	980,980	110	35	4,234,500
17	130,000	230,000	250	45	345,897
18	120,000	180,780	321	76	3,244,500
19	160,000	360,000	364	65	990,500
20	250,800	500,000	293	62	4,650,400
21	1,540,000	2,500,000	265	110	4,245,980
22	452,000	660,000	265	26	3,453,800
23	1,130,000	2,200,000	330	65	2,345,897
24	350,000	480,780	210	25	4,234,500
25	20,000	65,000	265	15	1,990,500
26	250,800	670,000	330	32	2,350,400
27	520,000	740,000	385	25	844,980
28	150,800	460,000	290	50	655,400
29	280,000	447,000	345	24	645,880
30	888,000	670,000	325	70	953,800
31	650,000	900,000	250	30	645,897
32	890,000	980,780	260	45	2,234,500

Fonte: Mucavele, F.G. (1997) - Base de Dados de Pesquisa

Anexo 2

I. O DISTRITO DE XAI-XAI



Distrito de Xai-Xai.

Divisão Administrativa INPF/Gáza.

Anexo 3

Tb122223.tb1

26-07-2009

24/11/99 11:43:27

QUADRO 3. POPULAÇÃO RESENSEADA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E CATEGORIA CENSIÁRIA SEGUNDO SEXO E IDADE. IIRGP, 1997.

Sexo e Idade	TOTAL					URBANA		
	POPULAÇÃO RESENSEADA	POPULAÇÃO RESIDENTE			NÃO RESIDENTE	POPULAÇÃO RESENSEADA	POPULAÇÃO RESIDENTE	
		TOTAL	PRESENTE	AUSENTE			TOTAL	PRESENTE
XAI-XAI	169,019	165,596	157,913	7,683	2,423	-	-	-
Homens	72,184	71,130	66,312	4,818	994	-	-	-
Mulheres	95,835	94,466	91,601	2,865	1,429	-	-	-
0-4 anos	26,546	26,226	25,701	527	318	-	-	-
Homens	13,010	12,874	12,624	250	136	-	-	-
Mulheres	13,536	13,352	13,077	277	182	-	-	-
5-9 anos	23,242	22,859	22,255	604	383	-	-	-
Homens	11,569	11,402	11,118	284	167	-	-	-
Mulheres	11,673	11,457	11,137	320	216	-	-	-
10-14 anos	24,066	23,585	22,764	821	481	-	-	-
Homens	12,125	11,923	11,528	395	202	-	-	-
Mulheres	11,941	11,662	11,236	426	279	-	-	-
15-19 anos	19,817	19,418	18,256	1,162	399	-	-	-
Homens	8,980	8,816	8,146	670	164	-	-	-
Mulheres	10,837	10,602	10,110	492	235	-	-	-
20-24 anos	14,316	14,043	12,842	1,183	221	-	-	-
Homens	4,931	4,837	4,011	826	94	-	-	-
Mulheres	9,385	9,206	8,831	357	127	-	-	-
25-29 anos	9,415	9,266	8,453	813	149	-	-	-
Homens	3,289	3,225	2,632	393	64	-	-	-
Mulheres	6,126	6,041	5,821	220	85	-	-	-
30-34 anos	8,331	8,225	7,565	660	106	-	-	-
Homens	3,011	2,972	2,453	519	39	-	-	-
Mulheres	5,320	5,253	5,112	141	67	-	-	-
35-39 anos	7,515	7,442	6,943	499	73	-	-	-
Homens	2,788	2,757	2,386	371	31	-	-	-
Mulheres	4,727	4,685	4,557	128	42	-	-	-
40-44 anos	6,445	6,372	5,936	436	73	-	-	-
Homens	2,397	2,365	2,029	336	32	-	-	-
Mulheres	4,048	4,007	3,907	100	41	-	-	-
45-49 anos	5,950	5,916	5,591	325	44	-	-	-
Homens	2,101	2,083	1,843	240	18	-	-	-
Mulheres	3,859	3,833	3,748	85	26	-	-	-
50-54 anos	4,959	4,926	4,688	237	33	-	-	-
Homens	1,840	1,823	1,665	158	17	-	-	-
Mulheres	3,119	3,103	3,024	79	16	-	-	-
55-59 anos	4,756	4,729	4,581	148	27	-	-	-
Homens	1,836	1,824	1,727	97	12	-	-	-
Mulheres	2,920	2,905	2,854	51	15	-	-	-
60-64 anos	3,882	3,862	3,742	120	20	-	-	-
Homens	1,487	1,480	1,403	77	7	-	-	-
Mulheres	2,395	2,382	2,339	43	13	-	-	-
65-69 anos	3,613	3,597	3,531	66	16	-	-	-
Homens	1,210	1,203	1,174	29	7	-	-	-
Mulheres	2,403	2,394	2,357	37	9	-	-	-
70-74 anos	1,968	1,953	1,921	32	15	-	-	-
Homens	692	689	677	12	9	-	-	-
Mulheres	1,276	1,264	1,244	20	12	-	-	-
75-79 anos	1,763	1,756	1,732	24	7	-	-	-
Homens	529	529	521	8	-	-	-	-
Mulheres	1,234	1,227	1,211	16	7	-	-	-
80 anos e mais	1,425	1,417	1,391	26	8	-	-	-
Homens	369	368	375	13	1	-	-	-
Mulheres	1,056	1,029	1,016	13	7	-	-	-

UNIVERSIDADE
EDUARDO
MORILLAS